

RESENHA DE: GRACILIANO RAMOS E A CULTURA POLÍTICA – MEDIAÇÃO CULTURAL E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO, DE THIAGO MIO SALLA

Marcos Vinícius SCHEFFEL*

SALLA, Thiago Mio. **Graciliano Ramos e a Cultura política** – mediação cultural e construção do sentido. São Paulo: Editora da USP; FAPESP, 2016. 584 páginas.

A década de 1930 foi marcada no Brasil por fortes tensões no campo político e no campo literário. As relações entre política e literatura ficaram mais evidenciadas e ao mesmo tempo mais complexas, com uma ativa participação de nossos intelectuais na máquina pública. Por sua vez, os movimentos políticos, de diversas tendências, assumiram discursos sobre a nação muito semelhantes aos que tinham sido construídos ao longo da década anterior no campo literário e cultural, por exemplo. Temas literários, como o atraso do interior do país (a vida besta) e a impossibilidade dos projetos desenvolvimentistas devido às estruturas arcaicas (temas tratados em romances como *Maleita*, de Lúcio Cardoso e *São Bernardo*, de Graciliano Ramos), relacionavam-se diretamente às tentativas de interpretação do país nos mais variados campos, como destaca Antonio Candido ao falar dos escritores daquele período: “Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações. Com o recuo do tempo, vemos agora que se tratava de redefinir a nossa cultura à luz de uma avaliação nova dos seus fatores.” (CANDIDO, 2010, p. 130).

Neste espaço articulado entre literatura e política, a recepção de uma obra variava conforme a orientação ideológica do autor da obra analisada e a orientação ideológica de quem a analisava. No entanto, uma obra poderia ser bem recebida por leitores de diferentes orientações políticas caso a filiação partidária do seu autor não estivesse evidente e o texto apresentasse algum grau de abertura. Em *Uma história do romance de 30* (2006), Luís Bueno comenta sobre a interessante situação do livro “O país do carnaval” (1931), de Jorge Amado, que fora recebido à época de sua primeira edição como um uma obra “católica” (BUENO, 2010, p. 104). Assim, percebe-se que uma obra literária tinha a possibilidade de ser interpretada, no plano ideológico, de diferentes modos e que isso era potencializado pelo seu grau de

* UFRJ – Faculdade de Educação – Didática e Prática de Ensino de Português e suas literaturas – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22290-240 – marcos.scheffel53@gmail.com.

abertura¹. *O país do carnaval* era um livro que cumpria esse quesito de abertura por apresentar personagens de várias orientações ideológicas – católicos, comunistas, niilistas, anarquistas, nacionalistas, cosmopolitas, inconformados, conformistas – em diálogo sobre o sentido da existência, da política, do nacionalismo, sem que chegassem à conclusão alguma. Deve-se destacar que Jorge Amado não tinha se filiado ao Partido Comunista e sua escrita ainda estava no “tempo da dúvida honesta” (BUENO, 2010) – seu engajamento político se faria mais nítido somente a partir das obras seguintes (*Capitães de Areia*, *Cacau* e *Suor*).

Graciliano Ramos e a Cultura política – mediação editorial e construção do sentido (2016), de Thiago Mío Salla, traz a baila uma situação semelhante a esta: um conjunto de textos de Graciliano Ramos que serviram, à época de sua publicação, aos ideários do Estado Novo Getulista, assim como o primeiro romance de Jorge Amado pôde ser interpretado como um romance “católico”. Salla apresenta um estudo de fôlego – quase 600 páginas – que vai de encontro aos simplismos de leituras anteriores sobre a participação de Graciliano Ramos na *Cultura política*: revista mensal de estudos brasileiros, entre março de 1941 e maio de 1943. A colaboração do autor na revista foi na maioria das vezes explicada por dois vieses: 1) as necessidades econômicas do autor, que o obrigaram a colaborar para revista; 2) colaborando para revista, o autor estaria promovendo uma crítica por dentro do próprio sistema (como aquele verme do poema “Áporo”, de Drummond).

Mas o que foi a revista *Cultura política*? Como esclarece Salla, no capítulo 4, ela foi a mais importante publicação do Estado Novo Getulista, sob a direção de Almir Andrade, procurando ter em seus quadros intelectuais de renome que por sua presença legitimariam o projeto estadonovista. Nesse mesmo capítulo, Salla traça um painel das inúmeras publicações oficiais do Governo Vargas e das formas de censura e controle da informação perpetradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), incluindo aí incentivos fiscais para os jornais alinhados ao ideário “centralizador”, “progressista / modernizador” e “democrático” do governo. Tudo isso para concluir que a revista para a qual Graciliano Ramos escreveu ao longo de três anos era uma espécie de “cereja do bolo” da divulgação do ideário estadonovista.

Para Salla, a *Cultura política*: “[...] exercia a centralização do poder simbólico na medida em que procurava colocar-se como um espelho do Brasil ao tratar das mais variadas áreas e assuntos, além de reunir um corpo diversificado de colaboradores.” (2016, p. 265) Já a participação do autor alagoano podia ser assim interpretada “[...] se ele [Graciliano Ramos] se dispunha a emprestar sua pena a um Estado que lhe causara tamanha violência, era porque as propostas estadonovista se afiguravam como aparentemente legítimas.” (2016, p. 270-271).

¹ Abertura que é característica da linguagem como um todo, mas que é potencializada pelas obras literárias em diferentes graus, como observa Umberto Eco (1991).

Os textos de Graciliano Ramos – classificados pela revista como crônicas para enfatizar certo aspecto documental – foram publicados na *Cultura política* na seção intitulada “Quadros e costumes do nordeste” e reunidos depois da morte do autor nos livros *Viventes das Alagoas* e *Linhas tortas* – ambos pela Livraria Martins Editora, em 1962. Quanto a essas edições, Thiago Salla questiona uma série de opções editoriais dos dois livros. Deve-se destacar aqui o conhecimento de Salla sobre a obra graciliânica, pois, entre 2012 e 2014, ele preparou três volumes de textos publicados por Graciliano Ramos na imprensa: *Garranchos* (2012), *Cangaços* (2014) e *Conversas* (2014) – os dois últimos em parceria com Ieda Lebensztayn. Voltando às edições de 1962, os principais problemas apontados pelo crítico relacionam-se ao estabelecimento do texto e à organização dos dois volumes, que reuniam textos de diferentes períodos produzidos por Graciliano Ramos e que promoviam ainda o apagamento das datas e locais de publicação. A elipse destes dois últimos dados permitia que estes textos fossem lidos, no suporte livro, como críticas ao Estado Novo, no sentido de que nada mudara no interior do país com o novo regime, ajudando na construção da imagem do intelectual de esquerda.

Ao comentar tais textos, levando em consideração seu suporte de origem, Salla apresenta outra face de Graciliano Ramos, mais complexa, que não se exaure nas respostas simplistas do tipo “autor em apuros” ou “intelectual de esquerda minando o sistema por dentro”. Para tanto, o grande trunfo do crítico reside numa leitura desses textos levando em consideração a inserção deles nos vários números da revista e a uma leitura atenta dos textos que enquadram/emolduram o discurso de Graciliano Ramos. Tudo isto deixa evidente o verdadeiro *tour* promovido pelo crítico por bibliotecas e arquivos do Brasil. O leitor tem acesso a uma parte deste “passeio” nas mais de 40 imagens disponibilizadas na edição, dentre elas: capas de revistas, fac-símiles dos textos publicados em jornais e revistas, fotos de Graciliano Ramos, reprodução de manuscritos do autor e de outros documentos – como uma carta de Getúlio Vargas elogiando o primeiro número de *Cultura política*. Nas palavras do líder populista, a revista tinha “[...] diretivas firmes de doutrina no debate dos problemas nacionais.” (apud SALLA, 2016, p. 269).

Esse conhecimento por parte do crítico da revista *Cultura política* também contribuiu para o belo projeto gráfico do livro de Salla, que tem um tamanho semelhante ao da revista estadonovista e reproduz o *design* de suas capas. Isto propicia aos leitores contemporâneos sentirem a dimensão/ o peso da *Cultura política*, pois o termo “revista” hoje para nós faz lembrar outro tipo de publicação – mais fina, mais informativa, com comerciais. Por sua vez, a revista analisada era uma peça de propaganda de um governo, em formato de livro, vendida a um preço inferior ao do seu custo de produção, que procurava consolidar uma série de ideários modernizadores e democráticos que se contrapunham às práticas de um estado totalitarista e antidemocrático. Todos os textos que eram nela publicados ajudavam de alguma forma na construção deste ideário. Mesmo as “crônicas” de

Graciliano Ramos, que eram encaradas “[...] como documentos, tendo em vista sua [do governo] proposta integradora e autoritária de composição de um amplo painel do país, como ênfase na valorização de certas particularidades locais.” (SALLA, 2016, p. 360).

O livro de Thiago Salla também se destaca pela linguagem, que consegue unir os diferentes aspectos tratados em seu estudo com uma fluidez rara nesse tipo de trabalho acadêmico. Nesse sentido, trata-se de um livro que pode ser lido como: 1) uma biografia literária de Graciliano Ramos – retomando sua trajetória de cronista em Alagoas à sua participação na *Cultura política*; 2) um estudo histórico – apresentando as principais publicações ligadas ao ideário estadonovista; 3) um estudo de gêneros literários – estabelecendo distinções fundamentais entre a crônica e o conto para chegar a uma conclusão importante sobre os textos de Graciliano Ramos publicados na referida revista; 4) um estudo comparado – quando compara as produções de Marques Rebelo, que escreveu para mesma revista a seção intitulada “Quadros e costumes do Centro e do Sul”², com as produções do escritor alagoano.

Para Salla, foi a abertura da linguagem de Graciliano Ramos que permitiu que seus contos fossem lidos como crônicas, como documentos da realidade nordestina e que assim fossem “enquadrados”, por meio de inúmeros dispositivos editoriais, aos ideários o Estado Novo Getulista. Ainda em relação à abertura, o estudo de Salla também se mostra aberto, com várias trilhas espinhosas a serem seguidas para se entender melhor as relações entre os intelectuais brasileiros e o Estado, em especial quando estes se ligam a discursos que estão na contramão dos ideários manifestos em suas obras.

REFERÊNCIAS

BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Edusp, 2010.

CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiro). In: **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. p. 117-145.

ECO, U. **Obra aberta** – forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. Trad. Giovanni Cutolo. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.



² As crônicas de Marques Rebelo foram organizadas em livro pelo autor, que procurou apagar as marcas de sua ligação ao Estado Novo Getulista, diferentemente de Graciliano Ramos, que não precisou fazer isso, já que seus textos não tinham tais marcas, mas apenas vazios que podiam ser preenchidos pela publicação estadonovista. As crônicas (alteradas) de Marques Rebelo encontram-se no livro *Cenas da vida brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.